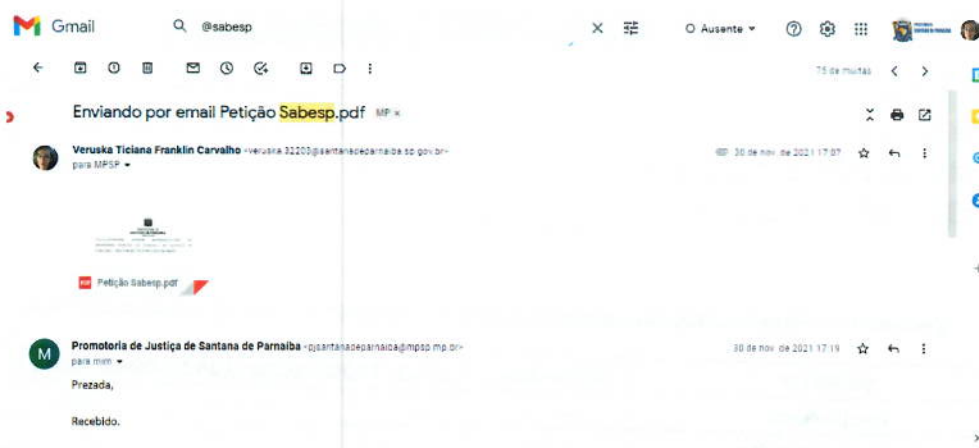




Parnaíba a Proposta de Repactuação de Acordo Judicial em 22 de março de 2021 (Anexo XV - [Petição TAC SABESP](#)).

Em novembro de 2021 reenviamos por email a Petição e estamos aguardando a decisão do Ministério Público.



4 A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Conforme informamos anteriormente, em 2020 assinamos o CT Sabesp nº 332/2020 (Anexo XVI - [CT Sabesp nº 332/20](#)) e o Convênio de Cooperação SIMA nº 0.03/2020 (Anexo XVII - [Convênio Sabesp nº 0.03/20](#)). Durante a etapa de negociação dos investimentos que fariam parte das obrigações da SABESP, o Município cobrou da SABESP e do Estado a responsabilidade em garantir as condições necessárias para acelerar os investimentos e obras no município com objetivo de modificar os índices de coleta e tratamento de esgoto.

O quadro abaixo demonstra o excelente resultado obtido na negociação com a SABESP, onde foi garantida a previsão de mais de R\$ 584 milhões em investimentos para abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme abaixo:

Quadro 16 – Resumo dos Investimentos Previstos para o município de Santana de Parnaíba (*)

ÁGUA E ESGOTO	2019-2022	2023-2032	2033-2042	2043-2048	TOTAL
Água	41.018	73.424	27.888	15.756	158.086
Esgoto	78.995	282.931	36.304	28.580	426.810
TOTAL GERAL	120.013	356.356	64.192	44.335	584.896

Valores em R\$ (1000) – Ref. dez/2018

Deste total, garantimos mais de R\$ 426 milhões em investimentos no sistema de esgotamento sanitário, sendo mais de R\$ 88 milhões em investimentos exclusivos e mais de R\$ 38 milhões em investimentos compartilhados, conforme o Anexo II - Plano de Investimentos - CT Sabesp nº 332/2020 (Anexo XVIII - [Plano Investimento](#)).

Quadro 15 – Resumo dos Investimentos de Atendimento Exclusivo e Compartilhado

ESGOTO	2019-2022	2023-2032	2033-2042	2043-2048	TOTAL
Exclusivos	69.187	265.431	26.288	27.809	388.715
Compartilhados	9.808	17.500	10.016	770	38.095
TOTAL	78.995	282.931	36.304	28.580	426.810

Valores em R\$ (1000) – Ref. dez/2018

Quadro 14 – Resumo dos Investimentos no Sistema de Esgotos (*)

UNIDADES	2019-2022	2023-2032	2033-2042	2043-2048	TOTAL
TRATAMENTO E AFASTAMENTO DE ESGOTOS¹ (ETE, EEE, linhas de recalque, coletores, interceptores e outros)	70.292	98.008	5.231	0	173.531
REDE E LIGAÇÕES DE ESGOTO²	7.894	180.271	26.288	27.809	242.262
RENOVAÇÃO DE ATIVOS³	809	4.652	4.786	770	11.016
PROGRAMA MANANCIAS	0	0	0	0	0
TOTAL - ESGOTO	78.995	282.931	36.304	28.580	426.810

Valores em R\$ (1000) – Ref. dez/2018

(1) Obras e ações para ampliação, expansão e adequação do sistema de afastamento e tratamento de esgoto;

(2) Investimentos para expansão e crescimento vegetativo;

(3) Investimentos previstos para recuperação de estruturas: substituição de interceptores, coletores e redes de coleta; substituição de equipamentos nas unidades de tratamento e de estações elevatórias de esgoto;

Para a projeção dos investimentos, as ações e obras previstas foram classificadas, de acordo com a característica do atendimento, em compartilhado ou exclusivo. Como atendimento compartilhado foram categorizadas aquelas inseridas no contexto do Sistema Principal e como atendimento exclusivo, aqueles que se destina unicamente ao atendimento das áreas atendíveis do município de Santana de Parnaíba.

Sistemas de Esgotamento Sanitário**COMPARTILHADOS**

- ✓ **TRATAMENTO**
 - Ampliação de Capacidade
 - Secagem do Lodo
 - Tratamento Terciário
- ✓ **INTERCEPTORES**
- ✓ **RENOVAÇÃO DE ATIVOS**
 - Estruturas de Saneamento – ETEs
 - Sistemas Lineares – Interceptores
 - Instalações e Equipamentos Eletromecânicos – EEE Principais (ETEs e Interceptação)
 - Equipamentos e Bens de Uso Geral – RMSP
- ✓ **PROGRAMA MANANCIAS – VIDA NOVA**

EXCLUSIVOS

- ✓ **EXPANSÃO DE REDES E LIGAÇÕES**
- ✓ **RENOVAÇÃO DE ATIVOS**
 - Sistemas Lineares – Coletores Tronco e Redes de Coleta
 - Equipamentos e Bens de Uso Geral – Sistemas de Coleta

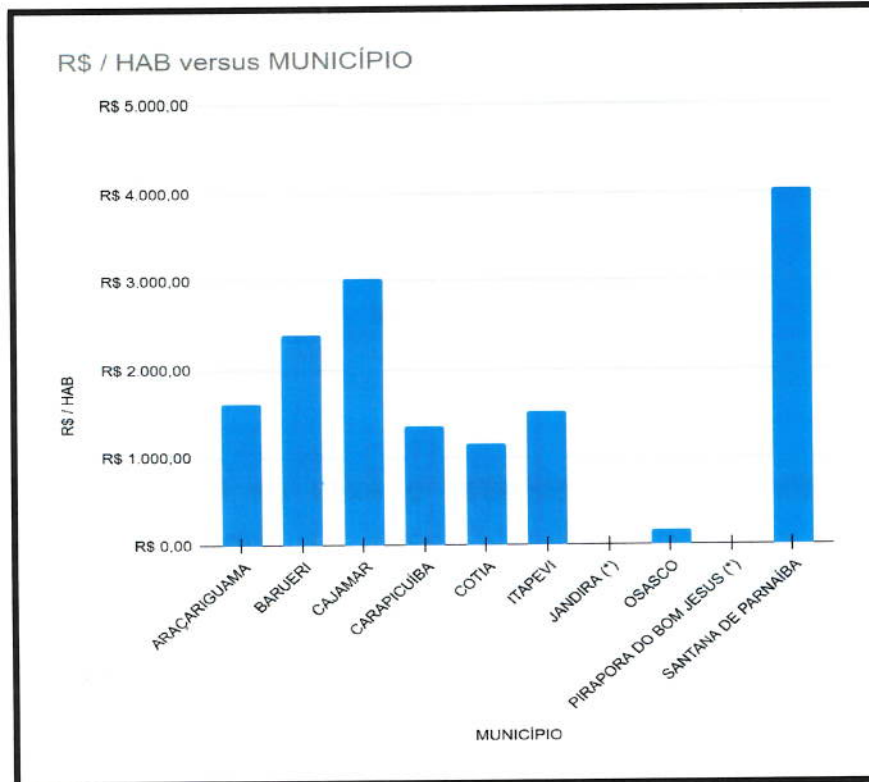
Uma das formas de demonstrar o êxito da negociação é a comparação do investimento por habitante em cada cidade da região, onde verificamos o valor de R\$4.031,74 por habitante em Santana de Parnaíba, o maior dentre os contratos com a Sabesp no período, sendo que o município que alcançou o segundo maior montante obteve valor corresponde a cerca de 75% do que foi conquistado por nosso município.

INVESTIMENTOS DA SABESP EM SANEAMENTO POR MUNICÍPIO			
MUNICÍPIO	INVESTIMENTO	POPULAÇÃO	R\$ / HAB
ARAÇARIGUAMA	R\$ 37.550.526,98	23.343	R\$ 1.608,64
BARUERI	R\$ 669.492.000,00	279.704	R\$ 2.393,57
CAJAMAR	R\$ 238.482.000,00	79.034	R\$ 3.017,46
CARAPICUÍBA	R\$ 548.994.000,00	405.375	R\$ 1.354,29
COTIA	R\$ 299.132.000,00	257.882	R\$ 1.159,96
ITAPEVI	R\$ 370.943.000,00	244.131	R\$ 1.519,44
JANDIRA (*)	R\$ 0,00	127.734	R\$ 0,00
OSASCO	R\$ 107.520.000,00	701.428	R\$ 153,29
PIRAPORA DO BOM JESUS (*)	R\$ 0,00	19.453	R\$ 0,00
SANTANA DE PARNAÍBA	R\$ 584.896.000,00	145.073	R\$ 4.031,74



(*) MUNICÍPIOS COM CONTRATOS VENCIDOS

FONTES: SITE SABESP (CONTRATOS MUNICÍPIOS) / IBGE (CIDADES)



Além da comparação R\$/Hab, também analisamos o repasse aos Fundos Municipais de Saneamento e Infraestrutura, pois esse recurso tem, entre seus objetivos, a recuperação de córregos.

Renovação contrato Sabesp

COMPARATIVO ENTRE CONTRATOS DA SABESP COM MUNICÍPIOS DA REGIÃO				
Município	Vigência do Contrato		Total de Investimento Previsto (Vigência do Contrato)	Repasse - Encargos Municipais
	De:	À:		
Santana de Parnaíba	Proposta para Renovação			
Araçariguama	02/07/2008	02/07/2037	37.550.526,98	-
Barueri	03/07/2014	03/07/2043	669.492.624,00	55.000.000,00
Cajamar	02/07/2012	02/07/2041	238.482.000,00	14.500.000,00 em 3 parcelas anuais
Carapicuíba	20/12/2018	20/12/2047	548.994.000,00	25.000.000,00 + 4% do 7º ao 30º ano
Cotia	19/10/2010	19/10/2039	299.132.000,00	27.000.000,00 em obras para recuperação da Bacia do Rio Cotia
Itapevi	24/03/2014	24/03/2043	370.943.000,00	28.000.000,00
Jandira	Contrato Vencido em 2006		-	-
Osasco	12/11/1999	12/11/2028	107.520.000,00	-
Pirapora do Bom Jesus	Contrato Vencido em 2016		-	-

Fontes:
http://site.sabesp.com.br/site/uploads/file/contratos_municipios/
<https://cidades.ibge.gov.br/>

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: FLAVIA MARIA PALAVERRI. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinaturas e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 4-YGLW-7OAZ-6OGN-3U4N



Renovação contrato Sabesp

Repasso para o FMS:

Ano	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2032	2049
Repasso ao FMS	18	1.250						
	17.250		1.250	1.250	1.250	1.250	2.520	2.520
	21							

Os valores apresentados foram estimados com base no futuramente da Sabesp no município em 2.018.

5 DESTINAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Desde 2013 vem ocorrendo uma melhora significativa na correta destinação do esgoto no Município, quando comparamos a quantidade de ETE's existentes naquela época e o número atual, verificamos um aumento que tem impactado positivamente na diminuição no volume de esgoto lançado de forma inadequada no Rio Tietê. O quadro abaixo demonstra essa melhora.

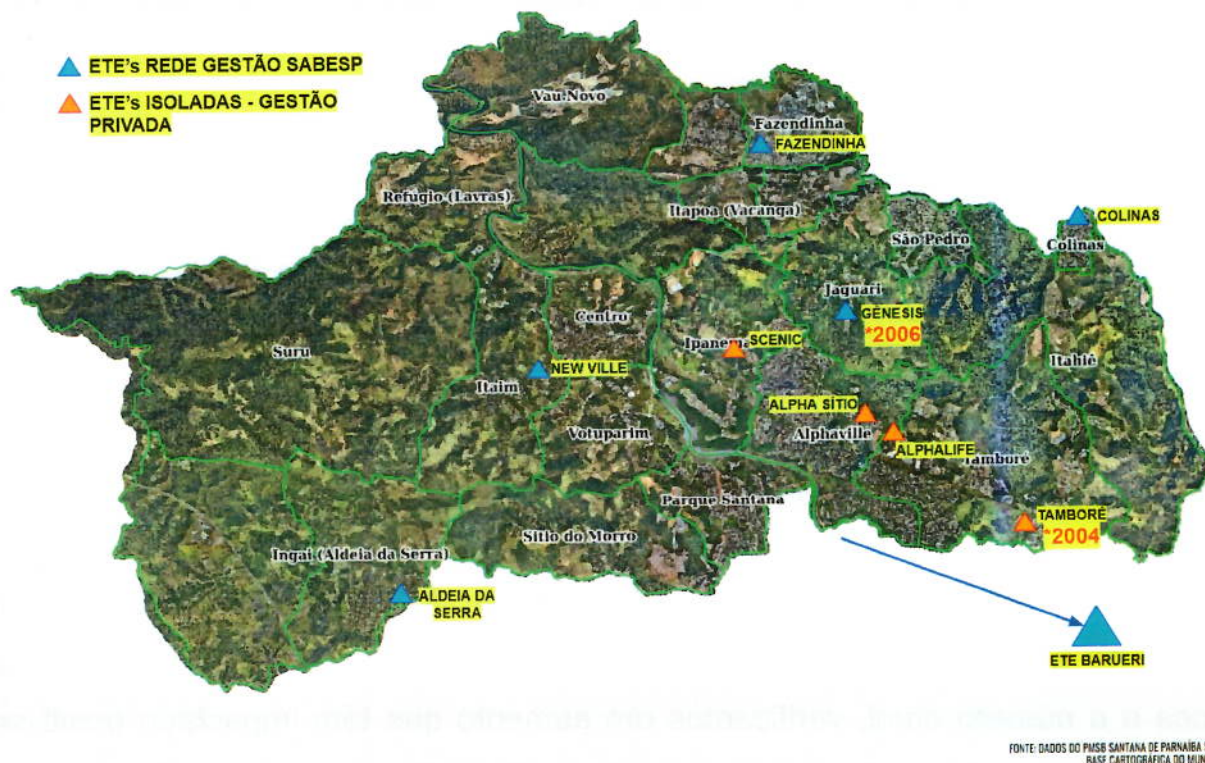
DADOS SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO

ÍNDICES SANEAMENTO BÁSICO ENTRE OS PLANOS DE SANEAMENTO (2013 / 2019)			
	PMSB 2013/2014	PMSB 2019	VARIAÇÃO
POPULAÇÃO SANTANA DE PARNAÍBA	114.639	127.702	11,39%
ÍNDICE DE COBERTURA DE ESGOTO	-	44%	44,00%
LIGAÇÕES ATIVAS DE ESGOTO	10.687	17.305	61,93%
ÍNDICE DE TRATAMENTO DO ESGOTO COLETADO	19,71%	26,06%	32,22%
REDE COLETORA ESGOTO	229,59 KM	311,90 KM	35,85%
EDIFICAÇÕES SEM COLETA DE ESGOTO	70%	56%	-20,00%

FONTE: SMS - Sistema Nacional de Informações de Saneamento / Plano Municipal de Saneamento Básico de Santana de Parnaíba

Na ampliação do serviço de esgotamento sanitário, é possível verificar o aumento da quantidade de ETEs no município e destacamos que, em 2013 contávamos com apenas duas ETE's:

ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE EFLUENTE - INÍCIO DE OPERAÇÃO



Estes avanços, ao longo dos anos, contribuíram para a melhora da qualidade da água no Rio Tietê, resultando na classificação REGULAR em 2021, a mesma do município de Itu, autor da ação.

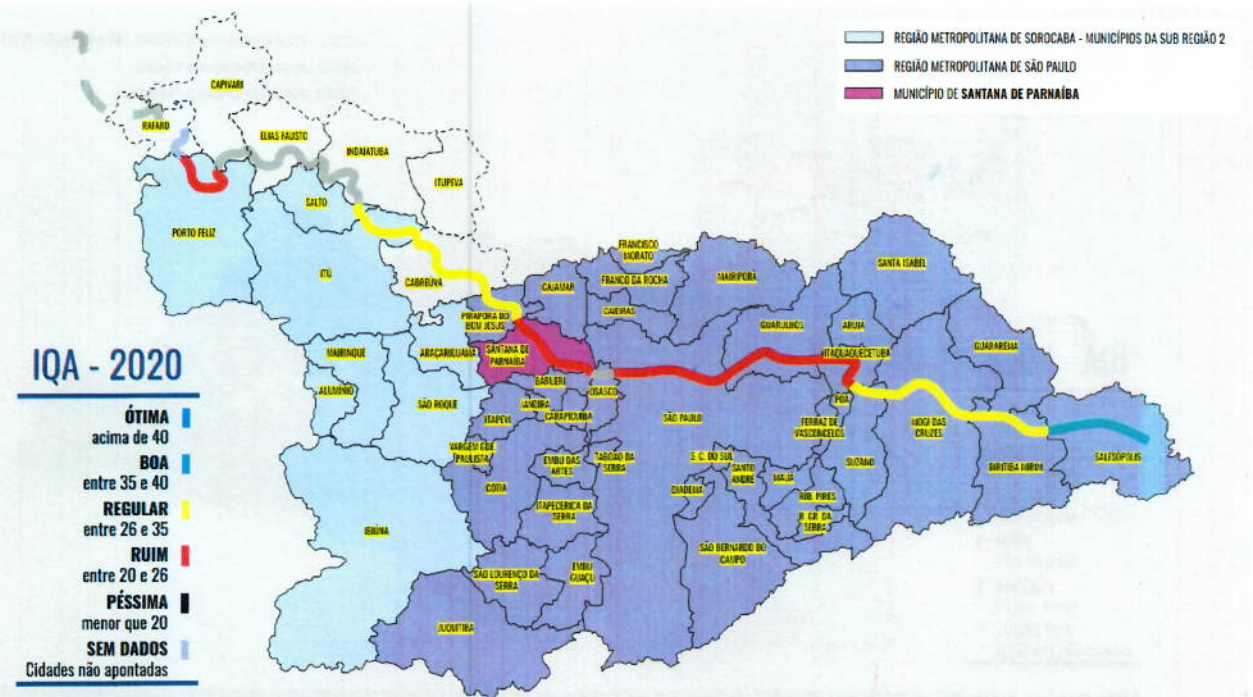
Destacamos o fato de que o rio é classificado como ruim a partir do Município de Guarulhos, de forma contínua, desde 2018. Portanto, o rio Tietê chega em Santana de Parnaíba com qualidade ruim desde 2018. Enquanto no caso do Município de Itu, o rio já chega com qualidade regular desde 2019, ou seja, Itu mantém a água do rio Tietê com a mesma qualidade em que chega no município, já o município de Santana de Parnaíba melhora a qualidade da água de ruim para regular.

Histórico da qualidade da água verificada (série histórica decrescente):



O Índice de Qualidade da Água (IQA), adaptado do índice desenvolvido pela National Sanitation Foundation, dos Estados Unidos, é obtido por meio da soma de parâmetros físicos, químicos e biológicos encontrados nas amostras de água. Esse índice começou a ser utilizado no Brasil em 1974, pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), para avaliar a condição ambiental das águas doces superficiais no estado. Nas décadas seguintes, outros estados brasileiros adotaram o IQA, que até hoje representa o principal índice de qualidade da água utilizado no país. Os parâmetros do IQA foram escolhidos por especialistas e técnicos como os mais relevantes para serem incluídos na avaliação das águas doces brutas, destinadas ao abastecimento público e aos usos múltiplos. A totalização dos indicadores medidos resulta na classificação da qualidade da água, em uma escala que varia entre: ótima, boa, regular, ruim e péssima. A metodologia do Observando os Rios se agrega aos indicadores físicos, químicos e biológicos, parâmetros de percepção que permitem que a sociedade realize o levantamento, de acordo com a legislação vigente, utilizando 16 parâmetros do IQA: temperatura da água, temperatura do ambiente, turbidez, espumas, lixo flutuante, odor, material sedimentável, peixes, larvas e vermes vermelhos, larvas e vermes brancos, coliformes totais, oxigênio dissolvido (OD), demanda bioquímica de oxigênio (DBO), potencial hidrogeniônico (pH), fosfato (PO4) e nitrato (NO3).

FONTE: "OBSERVANDO O TIETÊ" - SOS MATA ATLÂNTICA cms.sosma.org.br



O Índice de Qualidade da Água (IQA), adaptado do índice desenvolvido pela National Sanitation Foundation, dos Estados Unidos, é obtido por meio da soma de parâmetros físicos, químicos e biológicos encontrados nas amostras de água. Esse índice começou a ser utilizado no Brasil em 1974, pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), para avaliar a condição ambiental das águas doces superficiais no estado. Nas décadas seguintes, outros estados brasileiros adotaram o IQA, que até hoje representa o principal índice de qualidade da água utilizado no país. Os parâmetros do IQA foram escolhidos por especialistas e técnicos como os mais relevantes para serem incluídos na avaliação das águas doces brutas, destinadas ao abastecimento público e aos usos múltiplos. A totalização dos indicadores medidos resulta na classificação da qualidade da água, em uma escala que varia entre: ótima, boa, regular, ruim e péssima. A metodologia do Observando os Rios se agrega aos indicadores físicos, químicos e biológicos, parâmetros de percepção que permitem que a sociedade realize o levantamento, de acordo com a legislação vigente, utilizando 16 parâmetros do IQA: temperatura da água, temperatura do ambiente, turbidez, espumas, lixo flutuante, odor, material sedimentável, peixes, larvas e vermes vermelhos, larvas e vermes brancos, coliformes totais, oxigênio dissolvido (OD), demanda bioquímica de oxigênio (DBO), potencial hidrogeniônico (pH), fosfato (PO4) e nitrato (NO3).

FONTE: "OBSERVANDO O TIETÊ" - SOS MATA ATLÂNTICA cms.sosma.org.br

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: FLAVIA MARIA PALAVERRI. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 4-YGLW-70AZ-60GN-3U4N



O Índice de Qualidade da Água (IQA), adaptado do índice desenvolvido pela National Sanitation Foundation, dos Estados Unidos, é obtido por meio da soma de parâmetros físicos, químicos e biológicos encontrados nas amostras de água. Esse índice começou a ser utilizado no Brasil em 1974, pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), para avaliar a condição ambiental das águas doces superficiais no estado. Nas décadas seguintes, outros estados brasileiros adotaram o IQA, que até hoje representa o principal índice de qualidade da água utilizado no país. Os parâmetros do IQA foram escolhidos por especialistas e técnicos como os mais relevantes para serem incluídos na avaliação das águas doces brutas, destinadas ao abastecimento público e aos usos múltiplos. A totalização dos indicadores medidos resulta na classificação da qualidade da água, em uma escala que varia entre: ótima, boa, regular, ruim e péssima. A metodologia do Observando os Rios se agrega aos indicadores físicos, químicos e biológicos, parâmetros de percepção que permitem que a sociedade realize o levantamento, de acordo com a legislação vigente, utilizando 16 parâmetros do IQA: temperatura da água, temperatura do ambiente, turbidez, espumas, lixo flutuante, odor, material sedimentável, peixes, larvas e vermes vermelhos, larvas e vermes brancos, coliformes totais, oxigênio dissolvido (OD), demanda bioquímica de oxigênio (DBO), potencial hidrogeniônico (pH), fosfato (PO4) e nitrato (NO3).

Fonte: "OBSERVANDO O TETÉ" - SOS MATA ATLÂNTICA www.sosmata.org.br



O Índice de Qualidade da Água (IQA), adaptado do índice desenvolvido pela National Sanitation Foundation, dos Estados Unidos, é obtido por meio da soma de parâmetros físicos, químicos e biológicos encontrados nas amostras de água. Esse índice começou a ser utilizado no Brasil em 1974, pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), para avaliar a condição ambiental das águas doces superficiais no estado. Nas décadas seguintes, outros estados brasileiros adotaram o IQA, que até hoje representa o principal índice de qualidade da água utilizado no país. Os parâmetros do IQA foram escolhidos por especialistas e técnicos como os mais relevantes para serem incluídos na avaliação das águas doces brutas, destinadas ao abastecimento público e aos usos múltiplos. A totalização dos indicadores medidos resulta na classificação da qualidade da água, em uma escala que varia entre: ótima, boa, regular, ruim e péssima. A metodologia do Observando os Rios se agrega aos indicadores físicos, químicos e biológicos, parâmetros de percepção que permitem que a sociedade realize o levantamento, de acordo com a legislação vigente, utilizando 16 parâmetros do IQA: temperatura da água, temperatura do ambiente, turbidez, espumas, lixo flutuante, odor, material sedimentável, peixes, larvas e vermes vermelhos, larvas e vermes brancos, coliformes totais, oxigênio dissolvido (OD), demanda bioquímica de oxigênio (DBO), potencial hidrogeniônico (pH), fosfato (PO4) e nitrato (NO3).

Fonte: "OBSERVANDO O TETÉ" - SOS MATA ATLÂNTICA www.sosmata.org.br

ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA - EVOLUÇÃO ANUAL



6 RESPOSTA AOS ITENS REQUERIDOS

Em atendimento a decisão de fs. 738 e 739 do processo, encaminho abaixo as respostas aos questionamentos:

(i) Informações contendo o volume de esgoto não tratado despejado no Rio Tietê ou seus afluentes, em seu território, com a proporção do esgoto sem tratamento em comparação ao esgoto com tratamento:

Informamos que o sistema de esgotamento sanitário do Município de Santana de Parnaíba é formado por, conforme Caderno III - Esgotamento Sanitário do PMSB:



1. **Sistema Integrado:** operado pela SABESP e contempla a rede pública de esgotamento sanitário.
2. **Sistema Isolado:** operado pela iniciativa privada, não compõe a rede pública de esgotamento sanitário.
3. **Sistema individual:** soluções locais para destinação do esgotamento sanitário através da implantação de fossa ou biodigestor.

Periodicamente o Município realiza mutirões nos bairros onde não há sistema integrado e nem isolado para identificação das soluções individuais para destinação do esgoto. Nos casos onde identificamos o descarte irregular, são emitidas notificações e autuações por crime ambiental e, posteriormente, firmado Termos de Compromisso de Compensação Ambiental.

Como exemplo destas ações segue abaixo alguns relatórios:

- [Relatório Técnico Recanto Maravilha](#)
- [Relatório Técnico Rancho Alegre](#)
- [Relatório Técnico Parque Sinai](#)
- [Relatório Técnico Jaguari](#)
- [Relatório Técnico Clementino](#)

Também enviamos abaixo alguns exemplos de Notificações e Autuações emitidas por descarte irregular de esgoto, inclusive autuação a própria SABESP:

- [Autuação Sabesp com multa nº 129/17](#)
- [Autuação Sabesp com Multa nº 146/16](#)
- [Autuação com Advertência nº 061/19](#)

Em alguns casos, onde a autuação com imposição de multa não foi suficiente para equacionar a irregularidade, emitimos auto de embargo da atividade, como nos casos abaixo:

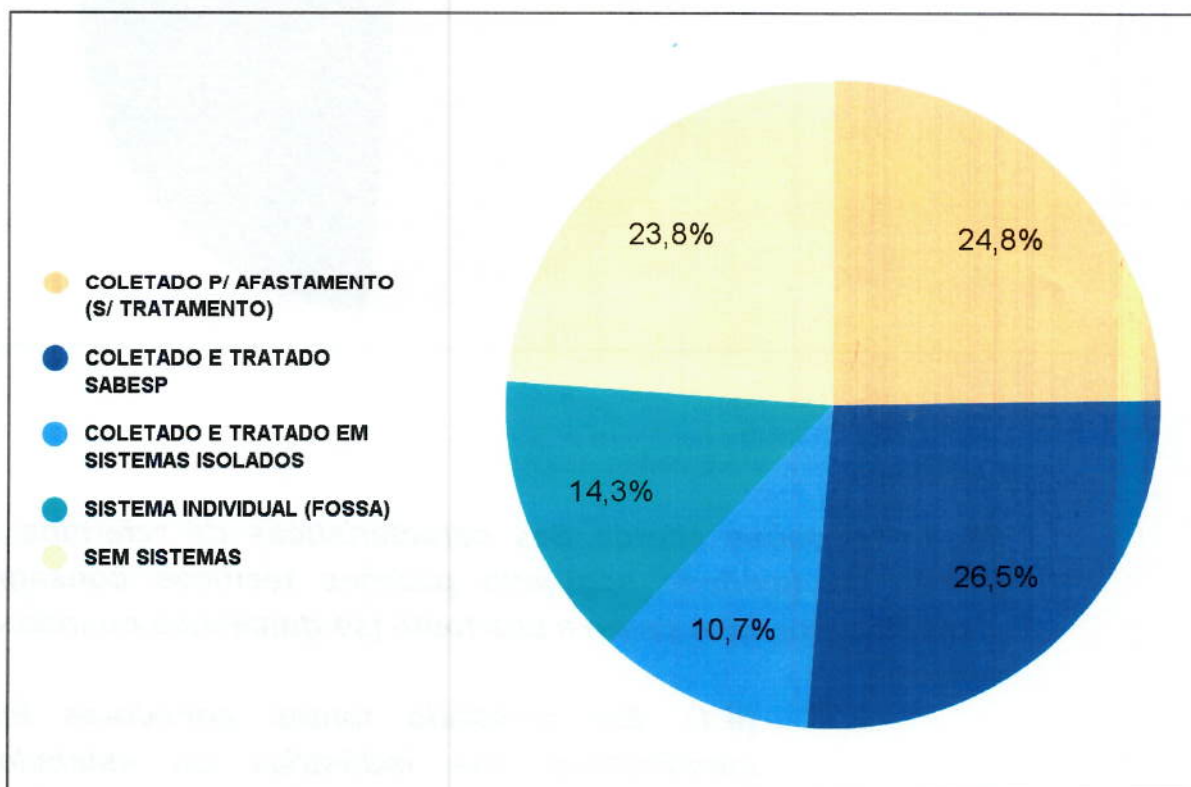


- [Auto de Interdição nº 001/20](#)
- [Auto de Interdição nº 001/21](#)
- [Auto de Interdição nº 002/21](#)

Apresentamos abaixo o quadro com a informação sobre a quantidade de economias sem tratamento de esgoto.

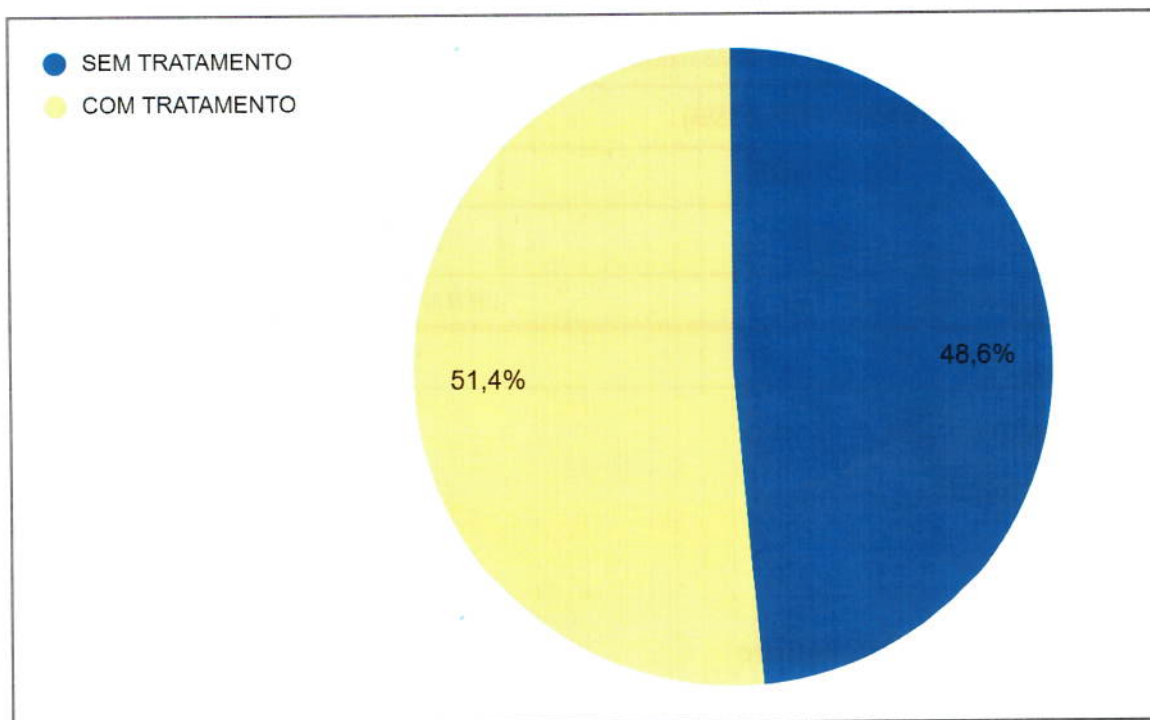
RESUMO DETALHAMENTO ESGOTAMENTO SANITÁRIO ATUAL - 48.300 ECONOMIAS (*)		
DESTINAÇÃO DE ESGOTO POR ECONOMIA	% ECONOMIAS	QT. ECONOMIAS
COLETADO P/ AFASTAMENTO SABESP (S/ TRATAMENTO)	24,76%	11.959
COLETADO E TRATADO SABESP	26,47%	12.785
COLETADO E TRATADO EM SISTEMAS ISOLADOS	10,67%	5.154
SISTEMA INDIVIDUAL (FOSSA)	14,29%	6.902
SEM SISTEMAS	23,81%	11.500
TOTAL	100,00%	48.300

(*) CÁLCULO Nº DE "ECONOMIAS" = POPULAÇÃO ESTIMADA / 3 INDIVÍDUOS



Baseado nas informações descritas acima, chegamos aos seguintes coeficientes:

RESUMO TRATAMENTO ESGOTAMENTO SANITÁRIO ATUAL - 48.300 ECONOMIAS (*)		
DESTINAÇÃO DE ESGOTO POR ECONOMIA	% ECONOMIAS	QT. ECONOMIAS
SEM TRATAMENTO	48,57%	23.459
COM TRATAMENTO	51,43%	24.841
TOTAL	100,00%	48.300
(*) CÁLCULO N° DE "ECONOMIAS" = POPULAÇÃO ESTIMADA / 3 INDIVÍDUOS		



(ii). Informações acerca das características de referidos efluentes (níveis de toxicidade seguindo padrões técnicos consagrados de classificação), bem como a sua fonte (se doméstica ou industrial);

(ii.1). Em existindo fontes poluidoras industriais, identificação das indústrias ou estabelecimentos empresariais cujos dejetos não são tratados, em seu território;



Em relação ao item (ii) não temos os dados solicitados. E no caso do (ii. 1) informamos que o Município realiza licenciamento ambiental, conforme Deliberação CONSEMA nº 01/18, sendo emitidas 47 licenças ambientais para realização de atividades econômicas com a destinação ambientalmente correta do esgotamento sanitário.

Nos casos onde a atividade econômica (indústrias ou estabelecimentos comerciais) foram realizadas sem o devido licenciamento, o poder Público Municipal agiu no sentido de autuar e embargar às atividades irregulares, parando o lançamento irregular de dejetos. Em anexo, segue relação de autuações por descarte irregular de esgoto (Anexo XXI).

(iii). Planos e Projetos para universalização do tratamento de esgoto (doméstico e industrial) em seu território no que atine às áreas cujo despejo é no Rio Tietê ou em seus afluentes, contendo, minimamente, os seguintes dados:

O Município conta com a Lei nº 3.933/2020 que trata do Plano Municipal de Saneamento Básico.

(iii.1). identificação de seu(s) responsável(is) técnico(s);

Os responsáveis técnicos pela elaboração do PMSB estão relacionados no Caderno I - Caracterização Geral do Município .

(iii.2). identificação precisa das soluções técnicas bastantes, contendo os projetos básicos das estruturas, ligações, obras, reformas, benfeitorias e acessões que se revelem necessárias, com a sua precificação e identificação das fontes de custeio;



Conforme informado anteriormente, o contrato com a SABESP é acompanhado do [Plano de Investimentos](#) e atende às metas previstas no PMSB.

(iii.3). cronograma físico-financeiro de implementação de referidas soluções, em escala mensal, com metas e submetas, até o atingimento da universalização do tratamento de esgoto em seu território no que atine às áreas cujo despejo é no Rio Tietê ou em seus afluentes, com critérios objetivos para eventual prorrogação;

Conforme informado na introdução, acabamos de assinar o Termo Aditivo (Anexo III) antecipando a universalização do tratamento de esgoto para o ano de 2.033.

(iii.4). previsão de vias de transparência à população e órgãos de controle, em formato digital, através da rede mundial de computadores e que não requeiram solicitação prévia, específica, identificada e/ou motivada, acerca da evolução do cronograma físico-financeiro em seu âmbito.

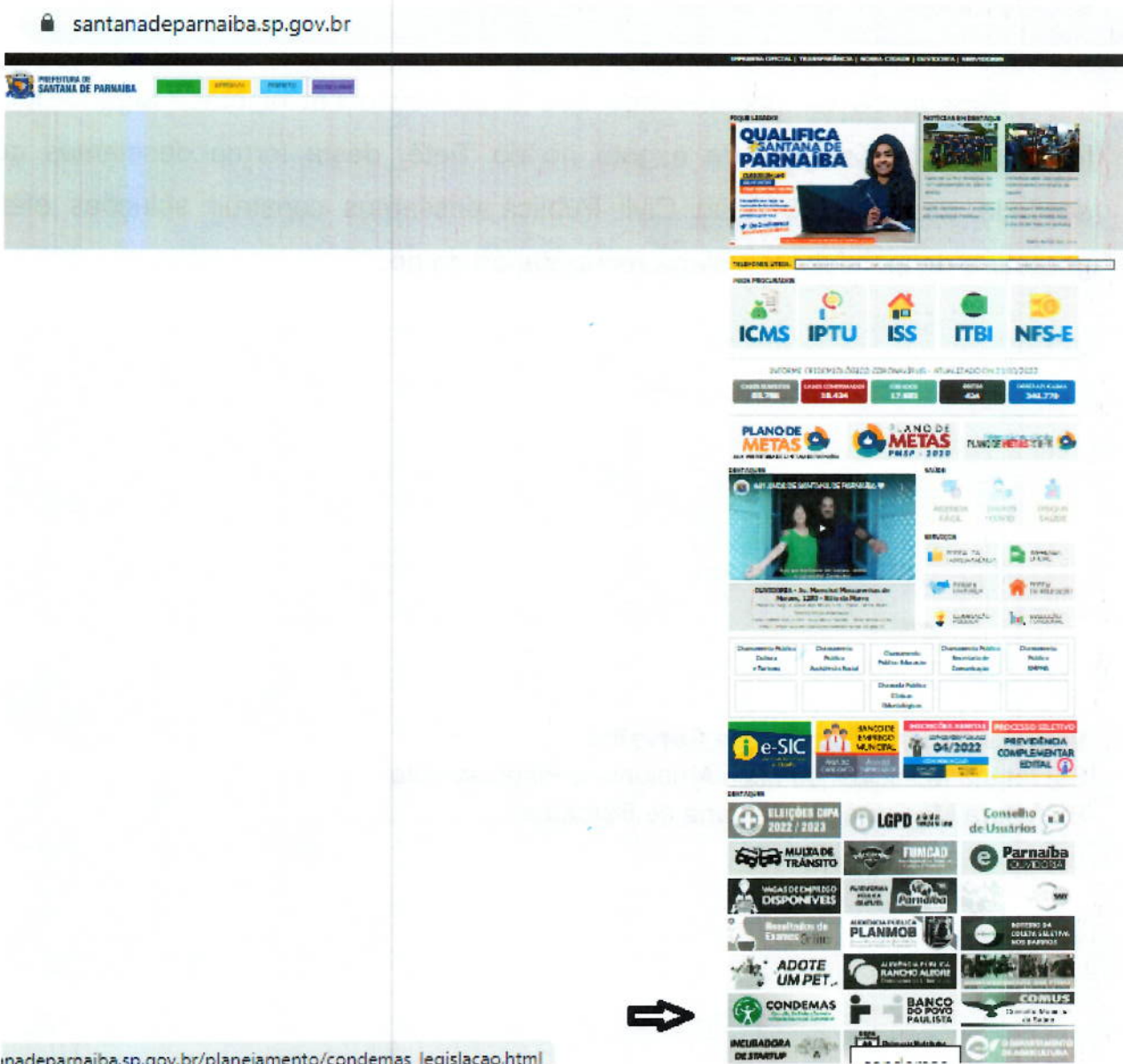
Em Santana de Parnaíba a transparência e o controle social é fundamental para o planejamento, a execução e a avaliação das políticas públicas. No que se refere à política de saneamento básico, o CONDEMAS (Anexo XVIII - [Lei nº 3.888/20](#)) é o órgão responsável por exercer a função de controle social da política de saneamento básico, bem como participar do seu planejamento e avaliação, conforme Art. 4º, inciso XIX.

Para exercer essa função, o CONDEMAS dispõe de Câmara Técnica de Saneamento Básico, previsto no Regimento Interno do CONDEMAS, Art. 54, inciso I (Anexo XIX - [Regimento Interno](#)), nomeados através da Resolução nº 37, de 24 de fevereiro de 2021 (Anexo XX - [Resolução Condemas nº 37/21](#)).



No processo de elaboração do PMSB e debate sobre o contrato de prestação de serviço de saneamento básico, foram realizadas audiências públicas e consultas públicas, para sua aprovação. O Caderno VI - [Mobilização e Controle Social](#) descreve o processo e apresenta os instrumentos de transparência e gestão democrática da política municipal.

Todas as decisões sobre a política de saneamento básico, são feitas pelo CONDEMAS e aprovadas através de Resoluções, publicadas na imprensa Oficial e no site da Prefeitura (www.santanadeparnaiba.sp.gov.br).





7 CONCLUSÃO

Salientamos que o Município de Santana de Parnaíba tem total interesse em recuperar o rio Tietê e resgatar sua importância histórica, cultural e ambiental para nossa cidade e todo Estado.

Sofremos nas últimas décadas as consequências da poluição do rio, a existência da Barragem Edgard de Souza que gera acúmulo de material orgânico e resíduos como garrafas plásticas que degradam ainda mais o rio.

Esperamos ter demonstrado que o Município em hipótese alguma foi alheio ou leniente ao lançamento de esgoto no rio Tietê, desta forma desejamos que com o deslinde da presente Ação Civil Pública possamos construir soluções efetivas para garantir a despoluição e a plena recuperação do rio.

Veruska Ticiano Franklin de Carvalho

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Planejamento
Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba

Santana de Parnaíba, 31 de março de 2022

ANEXO XI



III FISCALIZAÇÃO 2023
ORDENADA 27 de Junho

RESÍDUOS SÓLIDOS

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

www.tce.sp.gov.br/ordenadas



GABINETE DA 9ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO



Despacho GDF-09

São Paulo, 29 de junho de 2023

Ofício Nº 081/2023 - GDF-9

Exmo. Senhor Prefeito do Município de Santana de Parnaíba,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do laudo decorrente da III Fiscalização Ordenada, realizada no dia 27/06/2023, Resíduos Sólidos, ocasião em que foram constatadas irregularidades.

Vossa Excelência dispõe do prazo de 10 (dez) dias para apresentar, diretamente no TC-8885/989/23, à Senhora Conselheira Relatora Dra. Cristiana de Castro Moraes, designada Relatora das suas Contas Anuais, as informações, esclarecimentos ou providências necessárias ao saneamento das falhas apontadas.

Solicitando que este documento seja assinado para comprovação do recebimento, apresento a Vossa Excelência os protestos de estima e apreço.

GDF-09, 29 de junho de 2023.

Sergio Kenji Nakamura
Diretor Técnico de Divisão

Declaro ter recebido o laudo acima indicado, assinando o presente recebimento.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO KENJI NAKAMURA**, Diretor Técnico de Divisão, em 29/06/2023, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 2º, inciso V, alínea "b", e no art. 6º do [Ato GP 01/2019, de 15 de janeiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MARCOS** registrado(a) civilmente como **ANTONIO MARCOS BATISTA PEREIRA**, Usuário Externo, em 29/06/2023, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 2º, inciso V, alínea "b", e no art. 6º do [Ato GP 01/2019, de 15 de janeiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tce.sp.gov.br/validar/>, informando o código verificador **0781050** e o código CRC **25C29830**.

TC 4488/989/23

TC de acompanhamento: 8885/989/23

**Cristiana de Castro Moraes
Conselheira**

SANTANA DE PARNAÍBA

Responsável pela Fiscalização

DSF-II

9-DF

**ANA CAROLINA KAJIMOTO
Agente da Fiscalização**

ANA CAROLINA Assinado de forma digital
por ANA CAROLINA
KAJIMOTO:365 KAJIMOTO:36590741875
90741875 Dados: 2023.06.29
11:25:06 -03'00'

Resíduos Sólidos

O **Tribunal de Contas** do Estado de São Paulo, no cumprimento de seu papel de orientar e de fiscalizar o cumprimento das leis aplicáveis aos seus jurisdicionados estaduais e municipais, aprimora e intensifica suas ações incentivando a correta aplicação do recurso público.

A Lei Federal nº 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, às responsabilidades dos geradores e do Poder Público.

Contexto da Fiscalização

Resíduos Sólidos

A presente Fiscalização Ordenada teve o objetivo de verificar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos pelos municípios paulistas, observando aspectos tanto operacionais, como a Coleta, Destinação e Disposição Final de Resíduos Domiciliares, de Resíduos de Serviços de Saúde, da Construção Civil, dos Serviços de Tratamento de Água e Esgoto, quanto os relativos ao planejamento de tais ações, como a existência do Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

As evidências obtidas na maioria das entidades integrantes da amostra selecionada nos dão um parâmetro importante da realidade da gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos pelas Administrações Municipais.

Os dados ora divulgados trazem a certeza de que ainda há muito a fazer e de que nossas ações ordenadas, além de subsidiar o gestor público em eventuais correções que se façam necessárias, fortalecem nossa interação com a sociedade.

Por fim, importante ressaltar que os resultados ora apresentados decorrem da conjugação de esforços de uma equipe multidisciplinar, com a imprescindível utilização de recursos tecnológicos, que permitiram à Direção da Casa inteirar-se dos trabalhos desenvolvidos em tempo real.

Números da Fiscalização Ordenada

274	servidores do TCESP empregados na fiscalização
267	municípios
267	órgãos fiscalizados